

“FIDJU DI SI N’SIBIBA, CA TA PADIDU”!
(“Mais vale prevenir que remediar!”)

Mensagem dos Bispos da Guiné-Bissau

A todos os cristãos e aos homens e mulheres de boa vontade.

INTRODUÇÃO

Aproxima-se o dia 16 de Novembro, data em que os cidadãos guineenses serão chamados mais uma vez a ir às urnas para as eleições legislativas. Vão fazê-lo num clima psicológico de alguma expectativa sobre o modo como irão decorrer as eleições e sobre o Partido que as virá a ganhar, mas também num ambiente de muita descrença e mesmo de certo desânimo sobre os resultados positivos que essas eleições possam trazer à maior parte da população. Efectivamente, desde o acontecimento libertador, que foi a Independência Nacional, os cidadãos da Guiné-Bissau já foram chamados variadas vezes às urnas. Nesses vários processos eleitorais, muitas promessas foram feitas pelas diferentes figuras individuais e pelos vários Partidos políticos que se apresentaram ao sufrágio dos eleitores. Promessas que foram ficando sucessivamente sem realização prática satisfatória. É por isso compreensível que um número de cidadãos, que naturalmente não podemos identificar quantitativamente, mas que será seguramente muito elevado, se interrogam hoje sobre a seriedade das promessas que se fazem durante as campanhas eleitorais.

Nós, Bispos da Guiné-Bissau, apesar de tudo isso, consideramos as eleições de 16 de Novembro como um acontecimento importante e altamente significativo para a vida deste país. Por isso mesmo, nos pareceu oportuno dirigir esta Mensagem, antes de mais a todos os cristãos de nossas Dioceses, mas depois também a todos os homens e mulheres de boa vontade que a desejem ler e sobre ela reflectir. Fazemo-lo *na qualidade e responsabilidade de Pastores desta Igreja de Jesus Cristo que está na Guiné-Bissau*, a quem compete “*anunciar sempre e em toda a parte os princípios morais, mesmo de ordem social, bem como emitir juízos acerca de quaisquer realidades humanas, na medida em que o exijam os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas*” (cân. 747). Não somos técnicos de política, mas temos uma palavra a dizer sobre a dimensão ética da política, e não podemos abdicar desta responsabilidade moral e de sobre ela informarmos os cristãos quando nos parecer mais necessário ou oportuno. É justamente isso que agora desejamos fazer.

Nossa Mensagem tem o desejo consciente de ser um *incentivo moral* a todos os cristãos deste país, e a todos os outros cidadãos que se queiram sintonizar connosco, *a que participem activamente neste acto cívico das eleições, analisando criticamente as propostas políticas que lhes são apresentadas e votando depois em consciência sobre o Partido que melhor lhes pareça defender o bem comum dos cidadãos.*

Mas desejamos também chamar a atenção para que não se ponham falsas ou demasiadas esperanças apenas no acto eleitoral do dia 16 de Novembro, já que, *depois dessa data*, é que se concretizarão, ou não, as promessas eleitorais feitas durante a campanha, e o trabalho sério e honesto de todos os cidadãos vai ter de continuar a realizar-se diariamente, porque nenhum Governo sozinho, poderá operar o milagre do desenvolvimento integral do país sem a colaboração dos cidadãos. As eleições são muito importantes, mas não resolvem automaticamente, por si mesmas, todos os problemas do país.

Neste momento, em que vai inciar-se oficialmente a campanha eleitoral, pareceu-nos bem *colocar à vossa reflexão dois aspectos maiores*, que nos possam ajudar durante a campanha e no momento da votação. Referimo-nos à construção da democracia na Guiné-Bissau sobre a base sólida de valores universais, e à necessidade de votar não apenas sobre programas mas também sobre pessoas que os irão executar.

1. Construir a Guiné-Bissau sobre a base sólida de valores universais:

É útil interrogarmo-nos sobre a situação político-social que temos diante dos olhos e que gostaríamos de ver diferente: *“Porque é que chegámos ao estado de pobreza quase generalizada e de descrença e desânimo sobre a eficácia real das instituições democráticas que orientam os destinos do nosso país”?*

- **As causas** serão seguramente variadas, mas parece-nos que há uma razão de fundo que parece condiciona todas elas e que agora gostaríamos de destacar, ou seja: ***a indesmentível crise de valores com que se debate hoje a nossa sociedade***, nas praças e particularmente na capital. Podemos dizer que abandonámos os valores ancestrais e não fomos capazes de os substituir ou recuperar por outros valores mais altos da chamada “modernidade” e veiculados quer através da pertença a uma religião, quer pela vivência numa sociedade verdadeiramente democrática.

Efectivamente, onde estão hoje o respeito pela família natural e pela fidelidade conjugal, a responsabilidade efectiva do pai e da mãe na educação dos filhos, o respeito pelos direitos humanos, a preocupação pela preservação do bem comum, o exercício imparcial da justiça, a ética na obtenção do lucro material, a competência técnica e moral para o desempenho dos cargos públicos, o trabalho honesto em cada dia da semana, etc.?

Se quisermos voltar a ter confiança nas instituições democráticas, deveremos lutar por que todas elas se baseiem em valores universais indestrutíveis, presentes na consciência de todos nós, e que não podem ser abandonados ou espezinhados pelos interesses egoistas de uns tantos, pela força das armas, ou pelo dinheiro conseguido a qualquer preço, inclusivamente pelo negócio da droga. Permanece verdadeira hoje a afirmação do Papa João Paulo II, em 1 de Maio de 1991, quando disse: *“uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra” (encíclica “Centesimus annus”, nº 46).*

E não temos dúvidas de que uma das instituições democráticas mais importantes continua a ser o recurso dos cidadãos ao voto, para a escolha de seus legítimos representantes. ***Esse voto, porém, não deverá ser feito de qualquer maneira, mas sim de modo consciente, esclarecido e livre***. É que, em política, nem tudo se pode vender ou comprar. *O santuário de nossa consciência é inegociável*, mesmo que nos prometam “paraísos terrestres”, reais ou fictícios!....

2. Votar em programas e em pessoas que os irão executar:

Através das eleições, os cidadãos têm a oportunidade de escolher os candidatos e o programa de governo que propõem, como têm também a possibilidade de os rejeitar se eles não favorecerem o bem comum. Na votação concreta, diante dos Partidos concorrentes, o cidadão deverá deixar-se guiar *por sua própria consciência, bem esclarecida e bem formada*. Para os cristãos, o Evangelho e o Magistério da Igreja são linhas mestras de orientação da consciência. A Igreja aconselha os cristãos a escolher os Partidos que melhor defendam a dignidade da pessoa humana em todos os seus aspectos, nos seus direitos e nos seus deveres. Por isso, no acto de votar, o cristão devrá perguntar-se ***qual será o Partido que apresenta o melhor programa*** para construir na Guiné-Bissau uma sociedade assente em valores universais, que realize as aspirações da maior parte

das pessoas e que seja também conforme aos valores do Evangelho e da doutrina social da Igreja. Essa tarefa não vai ser fácil, porque os Partidos são mais de vinte, mas o cristão empenhado deverá fazer esforço nesse sentido.

E deverá igualmente interrogar-se sobre a possibilidade de realização prática dos programas dos diferentes Partidos em busca da vitória e do acesso ao poder: *“Quais desses programas terão alguma possibilidade prática de poderem ser realizados*, e quais deles não passam de puras promessas propagandísticas, que nunca virão a ser cumpridas?...

E, finalmente, não se poderá pensar apenas no conteúdo dos programas dos Partidos; é preciso *olhar também para as pessoas concretas que os irão executar e que figuram nas listas dos diferentes Partidos*. Com bons programas não se garante automaticamente uma boa governação, mas com governantes incompetentes ou desonestos seguir-se-á naturalmente uma governação desastrosa!...Na nossa maneira cristã de entender a política, embora sabendo que ninguém é já perfeito neste mundo, *um representante do povo para os cargos públicos deveria caracterizar-se por possuir em si, cada vez com mais evidência, uma série de determinados valores básicos, nomeadamente:*

- Competência técnica
- Honestidade moral na utilização dos bens e dos dinheiros públicos.
- Respeito pelo carácter sagrado e inviolável da vida humana.
- Promoção da dignidade da pessoa humana, excluindo discriminações de classe, de sexo, de raça, de parentela, etc.
- Respeito pela família humana, fundada sobre o matrimónio, que o Estado tem o dever de apoiar e proteger para que possa cumprir plenamente a sua missão.

Apelos conclusivos

A terminar, gostaríamos de deixar a todos os cristãos e aos homens e mulheres de boa vontade **alguns apelos concretos** que nos possam ajudar no tempo de eleições que está a chegar, nomeadamente:

- Que todos ajudem a que a campanha eleitoral possa decorrer num clima de paz verdadeira, sem qualquer recurso à violência física ou psicológica, a ameaças ou a intimidações.
- Que, durante a campanha eleitoral, os candidatos saibam respeitar os valores da verdade, do realismo e da tolerância, tanto nas críticas aos adversários, como na apresentação de projectos concretos para o melhoramento da vida social dos guineenses.
- Que todos votem e sobretudo que votem de maneira consciente, esclarecida e livre. Se alguém não participar no direito e no dever de votar no próximo dia 16 de Novembro, não terá depois escusa para “lavar as mãos” ou para afirmar que “não está de acordo com os resultados verificados”. Para o bem e para o mal de nossa sociedade, nesta como nas demais etapas de nossa história comum, todos nós somos responsáveis. *“Mais vale prevenir que remediar”! “Fidju di si n’sibiba, ca ta padidu”!*

Bissau, 24/10/ 2008

O BISPO DE BISSAU

D. José Cãmrate na Bissign

O BISPO DE BAFATÁ

D. Pedro Carlos Zilli